

Um estudo comparativo dos elementos que interferem na composição do preço ao consumidor final do papel comum e reciclado.

Greyciane Passos dos Santos (UFC/ESTACIO-FIC) - greycianep@yahoo.com.br

Dulcileide Ferreira Alves (FATE) - dolci_leide_alves@hotmail.com

Maria Odarlene Rodrigues Barreto (FATE) - odarlener@yahoo.com.br

Rosângela Venâncio Nunes (FIC/UFC/FATE) - angelnuness@gmail.com

Resumo:

Vários encontros internacionais já foram realizados no sentido de buscar soluções para os problemas da emissão de gases, aquecimento global. Sabe-se que para a produção de papel pelas indústrias tem um impacto ambiental referente a extração da madeira, e mesmo reciclando a o papel após seu consumo. Diante do contexto este trabalho tem por objetivo geral examinar, compreender, analisar e comparar os custos na cadeia do papel comum e do papel reciclado, o preço de venda do papel comum e do reciclado e também analisar as implementações de isenção para estimular o consumo através da minimização dos custos do preço final do papel reciclado tornando-o mais competitivo no mercado, visando diminuir os impactos ambientais advindos da produção extensiva de papel comum. E com objetivos específicos: realizar uma revisão bibliográfica nos principais autores sobre custos e a formação dos preços, para poder compreender os elementos que compõem custos que contribuem para a formação de preço de venda dos papeis comum e reciclado; observar a relevância dos custos tributários na composição do preço de venda e quais as propostas existentes no Congresso Nacional para estimular a produção, comercialização e consumo de papel reciclado em detrimento do papel comum, descrever de forma comparativa os resultados observados verificando elementos que interferem na composição do preço e como este influência na decisão de compra do consumidor final. A pesquisa quanto a sua abordagem foi quali-quantitativa, que demonstra que com a proposta de lei o preço do papel reciclado diminui, incentivando assim seu consumo pela sociedade.

Palavras-chave: Custos, Projeto de Lei, Papel Reciclado.

Área temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões

Um estudo comparativo dos elementos que interferem na composição do preço ao consumidor final do papel comum e reciclado.

Resumo

Vários encontros internacionais já foram realizados no sentido de buscar soluções para os problemas da emissão de gases, aquecimento global. Sabe-se que para a produção de papel pelas indústrias tem um impacto ambiental referente a extração da madeira, e mesmo reciclando a o papel após seu consumo. Diante do contexto este trabalho tem por objetivo geral examinar, compreender, analisar e comparar os custos na cadeia do papel comum e do papel reciclado, o preço de venda do papel comum e do reciclado e também analisar as implementações de isenção para estimular o consumo através da minimização dos custos do preço final do papel reciclado tornando-o mais competitivo no mercado, visando diminuir os impactos ambientais advindos da produção extensiva de papel comum. E com objetivos específicos: realizar uma revisão bibliográfica nos principais autores sobre custos e a formação dos preços, para poder compreender os elementos que compõem custos que contribuem para a formação de preço de venda dos papeis comum e reciclado; observar a relevância dos custos tributários na composição do preço de venda e quais as propostas existentes no Congresso Nacional para estimular a produção, comercialização e consumo de papel reciclado em detrimento do papel comum, descrever de forma comparativa os resultados observados verificando elementos que interferem na composição do preço e como este influência na decisão de compra do consumidor final. A pesquisa quanto a sua abordagem foi quali-quantitativa, que demonstra que com a proposta de lei o preço do papel reciclado diminui, incentivando assim seu consumo pela sociedade.

Palavras-chave: Custos, Projeto de Lei, Papel Reciclado.

Área Temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

1 Introdução

Atualmente apesar de toda a tecnologia que temos hoje de armazenar dados, o papel ainda é o produto mais consumido no mundo. No Brasil até a década de 80 não havia a preocupação com o meio ambiente, tendo em vista problemas com impacto ambiental causado pelo aquecimento global houve a necessidade de começar a pensar no que seria das futuras gerações se não houvesse uma mudança, a partir da década de noventa passou a ter uma consciência ecológica, ter preocupação com a natureza, que se consolida com a Eco/92 que veio introduzir a idéia do desenvolvimento sustentável, isto é, o país poderia se desenvolver mais com o cuidado de não prejudicar o meio ambiente procurando através da reciclagem de resíduos, antes descartados no meio ambiente minimizarem o impacto.

A reciclagem é muito importante para a retirada de resíduos sólidos do meio ambiente, reduz custos de produção, ajuda na geração de emprego e renda, diminui os desmatamentos, não degrada o solo e diminui a poluição por produtos químicos, contudo esbarra na carga tributaria na falta de separação do material reciclável nas residências, falta de políticas públicas de incentivo e maior organização dos trabalhadores que recolhem os materiais.

Vários encontros internacionais já foram realizados no sentido de buscar soluções para os problemas da emissão de gases, aquecimento global, dentre outras questões, mas um delas gera grande inquietação: a produção e consumo papel.

Ante tais fatos o Deputado Weliton Prado (PT-MG) propôs a isenção dos tributos na venda do papel reciclado, cotejadas na proposta do Projeto de Lei nº 10/2011, com o objetivo

de diminuir os custos do papel reciclado, incentivar o consumo e através disto diminuir o impacto ambiental. Diante desse projeto o presente artigo tem como objetivo geral examinar, compreender, analisar e comparar os custos na cadeia do papel comum e do papel reciclado, o preço de venda do papel comum e do reciclado e também analisar as implementações de isenção para estimular o consumo através da minimização dos custos do preço final do papel reciclado, tornando-o mais competitivo no mercado, visando a diminuir os impactos ambientais advindos da produção extensiva de papel comum. E como objetivos específicos serão realizados inicialmente pesquisa bibliográfica nos principais autores sobre custos e a formação dos preços, para poder compreender os elementos que compõem custos que contribuem para a formação de preço de venda dos papéis comum e reciclado, observar a relevância dos custos tributários na composição do preço de venda e quais as propostas existentes no Congresso Nacional para estimular a produção, comercialização e consumo de papel reciclado em detrimento do papel comum e por fim, descrever de forma comparativa os resultados observados verificando elementos que interferem na composição do preço e como este influência na decisão de compra do consumidor final analisando as implementações de isenção para estimular o consumo através da minimização dos custos do preço final do papel reciclado tornando-o mais competitivo no mercado, visando diminuir os impactos ambientais advindos da produção extensiva de papel comum.

O trabalho traz uma proposta de redução de custos tributários baseado na proposta de projeto de lei nº 10/2011 do Deputado Weliton Prado, filiado ao PT de Minas Gerais, que tem como objetivo reduzir custo tributário no preço do papel reciclado, embasado nas questões do aumento da temperatura, emissões de gases tóxicos, degradação do solo, contaminação dos recursos hídricos, a indústria de papel causa muito impacto ambiental.

O presente trabalho foi classificado como pesquisa aplicada e descritiva, pois os dados são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, mas não entram no mérito do conteúdo. A pesquisa quanto a sua abordagem será quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa que tem por finalidade o estudo da cadeia do papel comum e reciclado, para esclarecer por qual motivo o papel reciclado tornou-se mais caro do que o papel comum, utilizar-se-á o método de abordagem o dedutivo, partindo dos conceitos e premissas do tema, de forma a procurar resposta ao problema abordado, através de análise comparativa, interpretação, estudo dos custos tributários e de implementações de lei que busquem responder aos questionamentos do objeto em estudo. A pesquisa é quantitativa, porque emprega instrumentos estatísticos que possibilitam evidenciar através de gráficos estatístico o objeto da pesquisa garantindo precisão nos resultados. Utilizando-se o método analítico, pois parte do estudo dos custos do papel comum e o papel reciclado. Ademais, serão utilizadas as pesquisas bibliográficas e documentais utilizando livros e a legislação.

Para consecução o trabalho consta das seguintes seções: primeira que trata do referencial teórico, dos custos e os tributos que irão compor o preço de venda, a segunda da metodologia aplicada na pesquisa, a terceira consta da análise dos custos na formação do preço de venda ao consumidor final do papel comum e da Cadeia do papel reciclado com as implementações do projeto de lei.

2 Referencia Bibliográfica

2.1 Custos para fixação do preço de venda e decisão sobre compra

Atualmente os custos são determinantes na formação do preço de venda e de fundamental importância para a tomada de decisões. Para tratar a importância do controle de custos nas organizações, é necessário primeiramente identificar e conceituar algumas classificações e nomenclaturas: tais como: custos diretos e indiretos, fixos e variáveis, primário e de transformação.

Segundo Martins. (2009, p.25):

Os custos são conceituados como sendo gastos que são consumidos na produção de bens ou prestação de serviços. Eles podem ser classificados como:

Diretos: são aqueles facilmente identificados nos produtos/serviços gerados, isto é, estão diretamente ligados ao produto.

Indiretos: são aqueles difíceis de serem identificados e para apropriar aos produtos/serviços necessitam de algum tipo de rateio ou estimativas.

Fixos: São os custos que em determinado período permanecem invariáveis, quaisquer que sejam o volume da atividade. Podendo existir mesmo que nada seja produzido.

Variáveis: São aqueles cujos valores oscilam de acordo com o volume de produção, isto é, quanto maior a produção maior será o valor e vice-versa.

Custos primários: são a soma de matéria prima com mão de obra direta.

Custos de transformação: são a soma de todos os custos de produção excluindo os relativos à matéria prima.

Quando identificados os elementos, os mesmos são direcionados ao produto para composição do seu preço de venda.

A cada dia que passa se torna mais difícil para as empresas se manterem no mercado devido à busca constante dos clientes por produtos e serviços de alta qualidade e custos baixos, porém os altos encargos tributários, margens de lucros exorbitantes e volatilidade do mercado não ajudam na competitividade e na satisfação do cliente.

Para Cunha (2009) a redução dos custos é bastante complicada de se obter, pois exige um planejamento de forma ordenada antes de ser feito qualquer investimento negócio.

A eficiência e a eficácia deverão fazer parte deste planejamento, pois, estes são fatores que estão intrinsecamente ligados a redução de custos, tanto para os recursos consumidos, como para efeito de suas transformações. E que o aprimoramento dos mesmos tem por finalidade evitar o retrabalho e consequentemente minimizar os custos

Ao mencionar redução de custos tem-se em mente redução do quadro de funcionário, quando na verdade deveria a empresa manter uma observação sistêmica, pois os gastos podem estar nos mais diversos setores e atividades da empresa, sendo necessária uma rápida intervenção para que não se prejudique em parte ou o todo do negócio.

O autor Zanluca (2009, p.01) comenta:

Que um sistema de custos implantado adequadamente permite gerar informações, que, analisadas em conjunto com as mudanças do mercado, o preço de venda, o volume de vendas e outros dados, trarão subsídios indispensáveis para os tomadores de decisão.

Zanluca (2009) menciona também que a um eficiente controle dos custos ajuda muito no gerenciamento das atividades da organização, reduzindo os custos dos produtos, melhorando a produtividade e fazendo com que a empresa se mantenha competitiva no mercado.

Conclui-se que manter o controle dos custos nas atividades das empresas, tanto de produtos como de serviços proporciona vantagem competitiva, e garante a continuidade da organização preservando seu patrimônio.

3 Formação de preço de venda

Preço de venda pode ser resumido como a soma dos custos de produção ou aquisição de um bem ou serviço mais o percentual de lucro desejado pela empresa. Todavia está definição é tanto quanto simplória e devem ser inclusas nesta definição preço, mercado e concorrência

A determinação do preço de venda dos produtos realizado pelas empresas é uma questão bem complexa, e devem ser levados em conta diversos fatores tais como: a demanda, a concorrência e o custo de fabricação.

Os autores Horngren, Datar e Foster afirmam “que o preço de um produto ou serviço depende da oferta e da procura. As três influências que incidem sobre oferta e procura, são: os clientes, os concorrentes e os custos”. (2004, p.384).

O entendimento da política e formação de preços é fundamental para que as organizações conheçam seus limites financeiros.

Segundo Assef (2006) deve haver uma harmonização entre a política de preço e o mercado no qual está inserido, como também entre custos e despesas operacionais da empresa e os anseios dos acionistas.

Para uma formação do preço de venda atrativo para o cliente e rentável para a empresa é necessário o domínio e o conhecimento da real demanda e dos seus custos. Diante disso, percebe-se a importância da utilização da contabilidade de custos para determinação do preço de venda justo para os produtos e ou serviços nas empresas (THEISS:KRIEK, 2005).

Assim, os custos é um elemento que ajuda a tornar a empresa competitiva, muito importante para a tomada de decisão e que desempenha um papel relevante, principalmente pelo fato de que, a não ser em circunstâncias especiais, a empresa não pode vender por um preço que não cubra no mínimo seus custos.

Diante desse contexto foram criados vários métodos e sistemas de formação do preço de vendas, dentre os principais cita-se: Custo pleno, custo de transformação, custo marginal e com base no rendimento sobre o capital empregado.

Segundo Crepaldi (2006, p. 327) o custo pleno é baseado no custo da produção mais percentual relacionado a despesas operacionais e margem de lucro.

Enfim, o custo pleno é o somatório das despesas de vendas de administração e da margem de lucro ao custo total dos produtos fabricados pela empresa. Sendo os custos totais apurados pelo método de custeio por absorção, garantindo a recuperação dos custos e da margem de lucro desejada.

Custo de transformação é o custo total com o processo produtivo, que corresponde ao somatório da mão de obra direta com os custos indiretos e através do custo de transformação é demonstrado o quanto é gasto para converter a matéria-prima em produto acabado.

Já pelo método do Custo Marginal segundo (Vicecont e Neves 2008, p. 214) o custo é calculado sobre a soma dos custos com despesas variáveis e não sobre a soma total das despesas, como ocorre no custo pleno, isto quer dizer que a esses custos e despesas variáveis serão aplicadas o índice de mark-up, que vai garantir a cobertura dos custos fixos tais como: imposto sobre vendas, despesas administrativas fixas, despesas de vendas fixas, gerar lucro entre outros.

A formação do preço de venda é muito complexa e depende da oferta e da demanda que são influenciados pelos clientes, pelos concorrentes e pelos custos. Deve-se observar os aspectos mercadológicos para que haja harmonização entre a política de preço e o mercado no qual esta inserido, porém este não deve ser usado como parâmetro para a formação do preço de venda, pois pode ocasionar um aumento da margem de lucro ou do prejuízo.

3.1.1 Decisão sobre compra pelo consumidor final

Decisão de compra é quanto o consumidor opta por comprar ou não um produto ou serviço, considerando as diversas variáveis e percepções, dentre elas preço, marca entre outras.

Em algumas ocasiões, decidir comprar pode ser uma tarefa difícil, pois engloba diversos fatores: o consumidor pode não ter tempo nem as informações necessárias, o produto pode estar em falta, a marca pode estar indisponível, à atratividade de produtos novos e à

disponibilidade financeira do consumidor.

De um modo geral, os consumidores ao optarem por determinado produto, devem atentar aos seus atributos, pois quando positivos podem ajudar a compensar àqueles produtos percebidos como negativos. Além disso, o consumidor se utiliza de métodos simplificados para escolher o produto, pois não tem hábito nem tempo para avaliar marcas.

No entanto, a avaliação isolada da qualidade do produto no momento da compra, poderá facilitar a decisão, mas também poderá conduzir a uma opção diferente do que se tivesse feito com maior análise e cautela.

Portanto, no processo de compra o consumidor a qualquer momento pode está decidindo qual produto consumir, ou seja, a qualquer momento o consumidor pode mudar sua decisão e isso pode ocasionar a modificação, o adiamento ou a rejeição ao produto, optando por outro melhor que atenda melhor as suas necessidades a um preço justo e que não prejudique sua saúde, nem o meio ambiente e que traga certeza de que se decidiu pelo melhor produto.

3.2 Tributos na formação do preço de venda

São muitos os fatores que envolvem a formação do preço de venda, dentre ele estão os concorrentes, o desejo dos clientes, as tendências do mercado, custos, margem de lucro e principalmente a carga tributária que é um dos fatores mais agravantes, pois a carga tributária brasileira é uma das maiores e influenciam muito no preço final do produto.

Entende-se que tributos são receitas públicas arrecadadas pelo Estado para assegurar meios financeiros na consecução dos seus objetivos. O tributo é instituído por lei, aplicado conforme a lei, recolhido pela administração pública. E seu pagamento é feito em moeda corrente pelo contribuinte, independente da sua vontade.

Segundo Fabretti (2009, p. 104) o CTN define tributo em seus arts. 3º a 5º:

“Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

O fato gerador é quem determina a natureza jurídica do tributo, ou seja, se é imposto, taxa, ou contribuição.

De acordo com a Art. 4 do CTN:

“A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-las:

I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II – a destinação legal do produto da sua arrecadação.”

Isto significa que tributo são gêneros e espécies: impostos taxas e contribuições.

Os tributos são elementos constantes do preço de um produto ou serviço para o consumidor final. Alguns produtos e serviços possuem isenção e imunidade que serão determinados conforme o tipo e localização.

3.2.1 Elementos fundamentais do tributo

Os elementos que compõem os tributos são: Fato gerador, Contribuinte ou responsável, base de cálculo e os elementos complementares.

- Fato gerador: Para Fabretti (2009, p. 125) denomina-se fato gerador a concretização da hipótese de incidência tributária prevista em abstrato na lei, que gera (faz nascer) a obrigação tributária que por sua vez pode subdividir em: Obrigação principal – de natureza pecuniária (pagamento do tributo); Obrigação acessória – que se refere ao dever administrativo. Exemplo: emissão de notas fiscais, escrituração nos livros fiscais, comprar mercadorias com nota e fiscalizações, etc. Por meio da identificação do fato gerador que ocorre o

reconhecimento da obrigação tributária, conseqüentemente a aplicação da alíquota pertinente à obrigação, e posteriormente à arrecadação da obrigação.

- Contribuinte ou responsável: Contribuinte é o sujeito passivo da obrigação tributária que possui relação pessoal e direta com o fato gerador. Responsável é sujeito passivo indireto designado por lei para assumir a responsabilidade de recolher para o fisco, valor monetário descontado ou cobrado do contribuinte de fato, nos prazos da lei. O não recebimento implica penalidades previstas por lei. Exemplo imposto de renda retido na fonte, contribuição do INSS, entre outras.
- Base de cálculo: Para Fabretti (2009, p. 128) é o valor sobre o qual é aplicada a alíquota (percentual) para apurar o valor do tributo a pagar. É um montante que tomado com base e aplicado um percentual sobre ele, fornecerá a quantia a ser paga. Isto quer dizer, que a base de cálculo é o valor em reais que incide determinado imposto.
- Elementos complementares: alíquota (É um determinado percentual ou valor fixo que aplicado sobre a base de cálculo determina o valor de um tributo); o adicional (é uma tributação extra calculada usando outro parâmetro sobre o valor já determinado por lei), e prazo de pagamento.

Tais elementos são fundamentais para o reconhecimento e aplicação da tributação na formação do preço de um produto ou serviço

3.2.2 Tributos incidentes na formação de preço

Conforme Fabretti (2009) os tributos incidem sobre o preço final do produto ou serviço prestado. Por conseguinte são repassados ao consumidor, previamente introduzidos aos cálculos.

Assim como a legislação determina tratamento diferenciado às sociedades anônimas, as empresas optantes pelo lucro real, presumido ou arbitrado, da mesma forma, existe uma legislação específica aos tributos PIS/PASEP E A COFINS, que variam conforme o produto ou seguimento. Isso implica a isenção ou a não incidência do PIS/PASEP e a COFINS de alguns seguimentos ou produtos. Certamente a isenção e a não incidência a percentual zero, implica redução do preço de venda.

O ICMS tem por determinação constitucional o valor abatido na operação anterior, isso significa dizer que não é cumulativo, mas uma vez que o valor incidente numa operação de compra será compensado com o valor incidente na operação de venda;

Outro imposto não cumulativo que faz parte do preço de venda é o IPI.

Os tributos acima citados são elementos essenciais para a formação do preço de venda de qualquer produto ou serviço.

3.2.3 Proposta do projeto de lei

Tramita no Congresso Nacional, desde Fevereiro de 2011, um projeto de lei elaborado pelo deputado Weliton Prado do PT de Minas Gerais, que tem por objetivo alterar a legislação tributária para conceder benefícios tributários através de concessão de isenção do PIS/PASEP, da COFINS e do IPI para pessoas jurídicas que vendam ou utilizem como insumo, material de consumo ou de embalagens.

Segundo Prado, (2011) a sociedade começa a perceber a situação dramática que envolve a questão ambiental, após a publicação do relatório do economista Nicholas Stern que relata que o problema com o meio ambiente atingiu proporções alarmantes e que para 2035 se espera um aumento de temperatura de 2C°, caso o efeito estufa não diminua, causará mais catástrofes ambientais.

Observada essa situação entende-se que a indústria de papel e celulose é uma forte

aliada do impacto ambiental, portanto seu processo produtivo é muito agressivo para o meio ambiente, contudo causa degradação do solo, a contaminação dos lençóis freáticos por material químico derivados do enxofre e uso excessivo de água.

Enfim, tal projeto vem minimizar os impactos ambientais, o projeto de lei propõe a concessão de benefícios fiscais para incentivar o consumo do papel reciclado através da concessão de isenção de tributos para as pessoas jurídicas que o adquirem como insumos, material de consumo ou de embalagem, e nas operações de vendas do referido produto.

4 Metodologia

O presente trabalho é classificado como pesquisa aplicada, que conforme Zanella: "Tem como motivação básica a solução de problemas concretos". (2009, p.72). Este tipo de pesquisa visa gerar conhecimentos para solucionar de forma prática um problema específico, que no caso a ser estudado visa solucionar o problema do custo elevado do papel reciclado em comparação ao papel comum.

Os dados da pesquisa aplicada podem ser coletados de formas diferentes, tais como pesquisas em laboratórios, pesquisa de campo, entrevistas, gravações em áudio e/ou vídeo, diários, questionários, formulários, análise de documentos, etc. (NUNAN, 1997; MICHEL, 2005; OLIVEIRA, 2007)

É considerada pesquisa descritiva, pois os dados são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, mas não entram no mérito do conteúdo.

Por ser uma pesquisa qualitativa que tem por finalidade o estudo da cadeia do papel comum e reciclado, para esclarecer por qual motivo o papel reciclado se tornar mais caro do que o papel comum, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, partindo dos conceitos e premissas do tema, de forma a procurar resposta do problema abordado, através de análise comparativa, interpretação, estudo dos custos tributários e de implementações de lei que busquem responder aos questionamentos do objeto do estudo.

A pesquisa por ser quantitativa, porque emprega instrumentos estatísticos que possibilitam evidenciar através de gráficos estatísticos o objeto da pesquisa, garantindo precisão nos resultados, utilizar-se-á o método analítico, pois parte do estudo dos custos do papel comum e o papel reciclado.

Utilizando dados quantitativos de venda de uma empresa varejista situada em fortaleza, e dados coletados por meio de questionários aplicados, com tamanho da amostra escolhida intencionalmente, realizou-se análise estatística descritiva no programa SPSS - Pacote estatístico para as ciências sociais, utilizando as variáveis de frequência de consumo do papel, tipo de papel utilizado e motivo do não uso do papel reciclado.

As técnicas utilizadas procuram descrever, interpretar e analisar os significados dos dados coletados através de materiais textuais, tanto os textos que foram resultados do processo de pesquisa, quanto o registro das observações indiretas, livros e documentos internos e externos da empresa. Empregar-se-á para descrever e testar as hipóteses, a estatística descritiva e inferencial.

Aquela representa "um conjunto de técnicas que tem por finalidade descrever, resumir totalizar e apresentar graficamente dados da pesquisa E a Inferencial representa um conjunto de técnicas que são utilizadas para identificar e caracterizar relações entre variáveis". (ZANELLA, 2009, p.128).

A coleta foi feita por meio de fontes primárias e fontes secundárias. A primeira é feita por documentos escritos ou não, tais como afirma Beuren: "arquivos públicos, publicações parlamentares, jurídicas e administrativas, documentos de arquivos privados, fotografias, objetos, mapas, gráficos, entre outros". "(...) consideram-se como fontes secundárias as teses, dissertações, monografias, artigos de anais, artigos eletrônicos, publicações avulsas, livros,

revistas”. (2004, p. 135).

Um questionário estruturado com perguntas fechadas foi aplicado de forma aleatória, não probabilística e intencional, com 100 (cem) entrevistados, situados próximos ao bairro Antônio Bezerra, obtendo um retorno 55 questionários.

O questionário apresentava variáveis que caracterizavam o indivíduo de forma pessoal (sexo, faixa etária e formação acadêmica) e variáveis que abordavam o padrão de consumo de papel A4 (frequência do consumo, tipo de papel consumido e motivos pela não utilização do papel reciclado) e também questões relacionadas à utilização da mídia para incentivo do consumo.

Os resultados dos dados foram apresentados de forma descritiva e também comparativa, sendo que a análise descritiva foi apresentada através de gráficos e tabelas.

Posteriormente os entrevistados foram divididos em dois grupos: os que utilizavam apenas papel branco e os que utilizavam papel reciclado (somente papel reciclado e ambos os tipos). Os dados foram apresentados através de gráfico.

As respostas foram tabuladas no programa Excel e repassadas ao programa SPSS-15, que gerou as informações estatísticas para análise do perfil do tipo de cliente e seu consumo de papel.

Quanto à análise dos dados foi utilizada a análise descritiva, que conforme Beuren: “todos os estudos que envolvem dados quantitativos, independentemente das questões, hipóteses ou pressupostos elaborados para pesquisa, requerem esta análise”. (2004, p.139).

Os dados utilizados na pesquisa estarão propensos a alterações conforme andamento ou descobertas de novas informações, construindo assim novos resultados.

5 Análise dos custos na cadeia do papel

Neste tópico é feita a comparação nas cadeias do papel comum e reciclado, destacando a matéria prima, o processo produtivo, a distribuição, o consumo, os custos e preço.

	Papel Comum	Papel Reciclado
Matéria- Prima	Grande extração vegetal de eucalipto e pinheiro	Resíduos sólidos do papel
	Custo ambiental elevado, grande impacto no meio ambiente.	Custo ambiental reduzido, menor impacto no meio ambiente.
Processo produtivo	Utilização de grande quantidade de água e energia	Utilização de menor quantidade de água e energia
	Custo elevado com Água e Energia	Redução de custo com Água e Energia
	Utilização de produtos químicos principalmente cloro e peróxido para branqueamento, sendo estes um composto altamente poluente.	Utilização de produtos químicos em menor escala.
Distribuição	Palets em caminhões - Custo do frete	Palets em caminhões - Custo do frete
Consumo	Utilizado em grande escala no comércio, indústria.	Utilizado em pequena escala no comércio, indústria.
	Grande aceitação do mercado	Pouca aceitação no mercado
Preço	Custos com Tributos inclusos	Custos com Tributos inclusos
	Preço de mercado	Preço elevado de mercado

Fonte: elaborado pela autora (2012)

Quadro 1 - Comparativo da Cadeia do papel comum e papel reciclado

No que concerne a aquisição da matéria-prima, o Quadro 1, demonstra que os custos ambientais são mais elevados no papel comum do que o papel reciclado. Ver-se no primeiro, grande extração vegetal, enquanto que no segundo advém da reciclagem de resíduos sólidos.

No que se refere ao processo produtivo observa-se menor custo com água e energia, pois se reduz seu uso, tais elementos ambientais são essenciais para a sobrevivência da humanidade e sociedade. E no processo de fabricação, reduz-se a utilização de produtos químicos do papel comum para o reciclado.

Quanto a distribuição, o Quadro 1, não apresenta distinção dos custo do papel comum e do papel reciclado, apesar de o primeiro apresentar maior interesse e consumo pelo mercado.

A distinção maior apresentada foi que devidos aos diversos custos que formam o preço de venda, o papel reciclado se apresenta mais elevado em relação ao comum, mesmo que os tributos sejam os mesmos.

Conclui-se no Quadro 1, que sem a aplicação do Projeto de Lei, o papel comum possui o preço mais acessível ao consumidor do que o papel reciclado, e consequentemente o papel comum vai ser mais aceito e consumido. Esse estímulo ao consumo do papel comum causa a degradação do meio ambiente através da contaminação dos lençóis freáticos, desmatamentos, porque tudo que as organizações procuram é reduzir os custos e dessa forma ela não vai se importar com a sustentabilidade. E tudo isso vai na contramão do que se busca que na realidade é a sustentabilidade; desenvolver-se sem prejudicar o meio ambiente.

4.1 Análise dos custos na formação do preço de venda ao consumidor final do papel comum e da Cadeia do papel reciclado com as implementações do projeto de lei

4.1.1- Análise dos custos e formação do preço de venda

Para analisar o preço de venda foi calculada uma média do preço pela cotação de mercado, tanto do papel comum quanto do papel reciclado.

Para identificar a quantidade vendida nos meses de janeiro a abril de 2012, uma empresa de comércio varejista da capital, na qual não pode ser descrita na pesquisa, forneceu tais informações.

Tabela 1 - Preço de venda e quantidade vendida do papel comum de janeiro a abril de 2012

Preço de venda do papel comum sem a lei			
Período	Tipo	Preço	Quantidade vendida
jan/12	Branco	R\$ 12,82	10.319
fev/12	Branco	R\$ 12,82	9.856
mar/12	Branco	R\$ 12,82	10.795
abr/12	Branco	R\$ 12,82	10.703

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme Tabela 1, o preço médio encontrado para o papel comum foi de R\$ 12,82. Observa-se que a media de quantidade vendida deste papel nos meses de janeiro a março de 2012, é de 10.418 resmas, ressalta-se que mesmo com campanhas ambientais de sustentabilidade, ainda assim existe alto consumo deste tipo de papel.

Isso é explicado pela idéia cultural que o papel branco possui mais qualidade, melhor preço, determinado a maior demanda de consumo.

Tabela 2 - Preço de venda e quantidade vendida do papel reciclado de janeiro a abril de 2012

Preço de venda do papel reciclado sem a lei			
Período	Tipo	Preço	Quantidade vendida
jan/12	Reciclado	R\$ 14,00	1.393
fev/12	Reciclado	R\$ 14,00	1.449
mar/12	Reciclado	R\$ 14,00	1.522
abr/12	Reciclado	R\$ 14,00	1.488

Fonte: Elaborado pela autora

Na Tabela 2 o preço médio do papel reciclado encontrado foi de R\$ 14,00, e a quantidade vendida apresentada foi em média de 1.463 resmas. Comparando a quantidade vendida do papel comum e do reciclado no período meses de janeiro a março de 2012 o papel comum vendeu 10.418 resmas e o papel reciclado vendeu 1.463 resmas, ressalta-se assim o seu alto consumo de papel comum pelo mercado.

Tabela 3 - Percentual do Preço de venda e quantidade vendida do papel comum e reciclado de janeiro a abril de 2012

Percentual do preço de venda e quantidade vendida					
Período	Tipo	Preço	% Dif. do preço	Quantidade vendida	% Dif. Da quantidade vendida.
Janeiro a abril de 2012	Comum	R\$ 12,82	8,43%	10.418	14,04%
Janeiro a abril de 2012	Reciclado	R\$ 14,00		1.463	

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se na Tabela 3 que a diferença do preço do papel reciclado é de 8,4% maior em relação ao papel comum. Observou-se também a média de resmas vendidas do papel reciclado corresponde a 1.463 resmas, demonstrando que este papel em relação às vendas totais tem o percentual de 12% de consumo, conforme os dados fornecidos dessa empresa.

Após a coleta destes dados foi feita a decomposição do preço na tabela 6 através da identificação de seus custos diretos e indiretos em toda cadeia produtiva do papel.

Os custos diretos do processo de produção do papel comum são os relacionados à aquisição, tais como: matéria prima, transporte, mão de obra de corte, manutenção ambiental e mão de obra indireta que perfazem o valor de R\$ 4,62, enquanto no papel reciclado os custos de aquisição são somente os custos da matéria prima que são as aparas de papel que são coletadas através do sistema de coleta seletiva, ou por sistema comercial, e como pode ser visto na Tabela 4, possui um custo menor com relação ao do papel reciclado.

Já nos custos de produção a diferença entre papel comum e reciclado é de R\$ 0,20, pois, tanto o papel comum como o reciclado possuem gastos com mão de obra de produção, manutenção de máquinas, mão de obra indireta, energia direta e indireta, água, depreciação e

seguro, produtos químicos, embalagem e armazenagem.

Nos custos de distribuição não há diferença porque ambos os papéis possuem custos com transporte e despesas com vendas.

Tabela 4 - Decomposição de venda do papel comum e reciclado

CUSTOS	SEM LEI		COM A LEI	
	PAPEL COMUM	PAPEL RECICLADO	PAPEL COMUM	PAPEL RECICLADO
	VALORES			
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	4,62	1,80	4,62	1,80
MATÉRIA PRIMA	3,80	1,80	3,80	1,80
TRANSPORTE	0,25	-	0,25	-
MAO DE OBRA DE CORTE	0,30	-	0,30	-
MANUTENÇÃO AMBIENTAL	0,15	-	0,15	-
MÃO DE OBRA INDIRETA	0,12	-	0,12	-
CUSTOS DE PRODUÇÃO	3,25	3,05	3,25	3,05
MAO OBRA DA PRODUÇÃO	1,25	1,25	1,25	1,25
MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS	0,10	0,10	0,10	0,10
ENERGIA INDIRETA	0,20	0,20	0,20	0,20
DEPRECIÇÃO	0,05	0,05	0,05	0,05
SEGURO	0,05	0,05	0,05	0,05
MAO DE OBRA INDIRETA	0,50	0,50	0,50	0,50
ÁGUA	0,30	0,12	0,30	0,12
ENERGIA DIRETA	0,20	0,18	0,20	0,18
MATERIAIS SECUNDÁRIOS - PRODUTOS QUÍMICOS	0,10	0,10	0,10	0,10
ARMAZENAGEM	0,25	0,25	0,25	0,25
EMBALAGEM	0,25	0,25	0,25	0,25
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO	0,35	0,35	0,35	0,35
TRANSPORTE	0,25	0,25	0,25	0,25
DESPESA COM VENDAS	0,10	0,10	0,10	0,10
OUTROS CUSTOS	-	2,68	-	2,68
SELO VERDE	-	2,68	-	2,68
TOTAL DOS CUSTOS	8,22	7,88	8,22	7,88
IMPOSTOS	3,76	4,12	3,76	1,34
ICMS	2,18	2,38	2,18	1,91
IPÍ	1,16	1,27	1,16	-
PIS	0,08	0,08	0,08	-
COFINS	0,35	0,38	0,35	-
MARGEM DE LUCRO	0,84	2,00	0,84	2,00
PREÇO DE VENDA	12,82	14,00	12,82	11,79

Fonte: Elaborado pela autora

Além dos custos diretos e indiretos, acrescentam-se outros custos que são direcionados somente para o papel reciclado, que são os selos verdes, que certificam que o produto não agride o meio ambiente.

Dentro do processo de custo na cadeia do papel, observa-se que o mais impactante é o custo de aquisição e em seguida do selo verde.

Após os custos são alocados os impostos incidentes na operação, sendo eles ICMS, PIS, COFINS e IPI com alíquotas 17%, 5%, 0,65% e 3% respectivamente, correspondendo os valores para o papel comum R\$ 2,18 de ICMS, R\$ 1,16 de IPI, R\$ 0,08 de PIS e R\$ 0,35 de COFINS e para o papel reciclado R\$ 2,38 de ICMS, R\$ 1,27 de IPI, R\$ 0,08 de PIS e R\$ 0,38 de COFINS.

Na comparação entre o papel comum e o papel reciclado sem o incentivo da lei, foi visto que o papel reciclado, mesmo diminuídos os custos de aquisição em 61% ainda assim o seu valor de venda é maior do que o papel comum.

Tabela 5 – Percentual comparativo do preço de venda do papel reciclado com e sem a lei

Percentual do preço de venda papel reciclado com a lei			
Período	Tipo	Preço	% Dif. do preço
Janeiro a abril de 2012	Reciclado	R\$ 14,00	15,8%
Janeiro a abril de 2012	Reciclado	R\$ 11,79	

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando o papel comum com o papel reciclado, com o incentivo da proposta de lei, conforme Tabela 5, percebe-se que se aplicado a isenção do IPI, PIS e COFINS o preço de venda reduzirá em torno de 15,8% em relação ao papel reciclado sem a devida proposta de lei.

Tabela 6 - Percentual comparativo do preço de venda do papel comum com papel reciclado com a lei

Percentual do preço de venda do papel comum com o papel reciclado com a lei			
Período	Tipo	Preço	% Dif. do preço
Janeiro a abril de 2012	Comum	R\$ 12,82	8%
Janeiro a abril de 2012	Reciclado	R\$ 11,79	

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme Tabela 6, comparando-se o preço de venda do papel reciclado com a aplicação da lei, com a isenção dos impostos, em relação ao papel comum, encontra-se uma redução de preço de aproximadamente 8%.

4.1.2- Perfil de consumo do papel reciclado na visão do consumidor final

Sobre o perfil dos consumidores, conforme o retorno dos questionários aplicados obteve-se os seguintes resultados:

- A maioria dos entrevistados foi do sexo feminino, correspondendo a 63%. Esse percentual obtido foi devido ao fator disponibilidade e acessibilidade.
- Sobre o fator idade, 42,6% dos entrevistados correspondem a faixa etária de 26 a 40 anos, 29,6% menos de 25 anos, 24,1% de 41 a 60 anos e os demais foram com

mais de 60 anos e os não informados.

- Quanto ao grau de instrução 55,6% foram de graduados, 31,5% de ensino médio, 9,3% de mestres 1,9% do ensino fundamental e não informados.

Para traçar o perfil de consumo dos clientes do papel foi relacionado às seguintes variáveis descritas na Tabela 7.

Tabela 7 - Dados analisados no questionário

VARIÁVEIS	N	%
Frequência de consumo de papel A4		
Com frequência	41	75,9
Às vezes	10	18,5
Nunca	3	5,6
Tipo de papel		
Somente A4 branco	35	64,8
Somente A4 reciclado	9	16,7
Ambos os tipos	10	18,5
Motivo pela não utilização do reciclado (n=35)		
Porque é mais caro	17	48,6
Por causa da cor	9	25,7
Por achar de baixa qualidade	0	0,0
Outros motivos	9	25,7

Fonte: Elaborado pela autora

Como resultado na Tabela7, tem-se na variável frequência de consumo de que 75,9% consomem com frequência o papel A4, visto que nossa sociedade mesmo com alta tecnologia, necessita de documentos impressos e cópias para vários fins.

Sobre a questão do tipo de papel usado, 64,8% dos entrevistados usam papel A4 branco, enquanto 16,7% usam o papel A4 reciclado e 18,5% usam ambos.

Sobre o impacto do processo de produção do papel, ver Tabela7, vale salientar que 81,5% dos entrevistados sabem que o processo causa degradação do solo, contaminação dos lençóis freáticos com produtos químicos, alto consumo de água potável e energia elétrica.

Em relação à opinião dos entrevistados sobre a qualidade do papel reciclado, 79,6% responderam que o papel reciclado tem qualidade adequada para o uso.

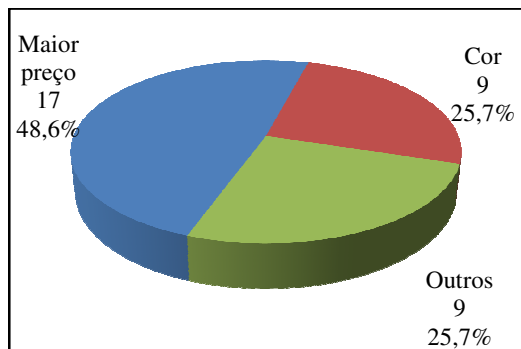


Figura 1- Distribuição dos entrevistados que não utilizam papel reciclado segundo motivos para não utilizá-lo (n=35), Fortaleza, 2012.

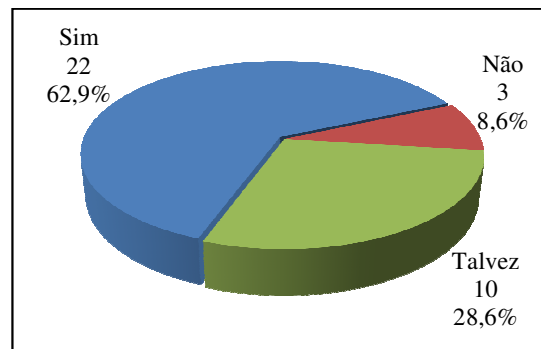


Figura 2- Distribuição dos entrevistados que não utilizam papel reciclado segundo possibilidade de usá-lo caso fosse mais barato (n=35), Fortaleza, 2012.

Foi observado conforme Figuras 1 e 2 que em, se tratando dos motivos para não utilizar o papel reciclado 48,6% dos respondentes afirmaram ser devido ao preço mais caro, 25,7% afirmam ser pela cor, com 25,7% respondem ser por outros motivos, entretanto vale salientar que na figura 6, 62,9% dos entrevistados disseram que usariam o papel reciclado se o preço de venda fosse mais barato.

Conclui-se que, com relação aos entrevistados, a maioria é do sexo feminino, faixa etária de 26 a 40 anos, graduados e que usam o papel A4 com frequência e em maioria o papel comum, mesmo sabendo que o processo deste causa grande impacto ambiental. Também opinam que o papel reciclado possui o preço bem mais elevado em relação ao papel comum, contudo se o papel reciclado fosse mais barato, usariam, pois tem qualidade para o uso. A divulgação do papel reciclado através de propagandas e da mídia incentivaria muito o consumo do papel reciclado.

5 Considerações Finais

Percebe-se que com os eventos internacionais que tratam da sustentabilidade e responsabilidade social, enfatizado pela Rio+20, a crescente preocupação da sociedade mundial com a sustentabilidade e como lidar com recursos naturais para a sobrevivência da espécie humana.

O presente trabalho demonstrou o que o uso do papel reciclado deve ser incentivado pelo governo, principalmente por meio de lei e decretos. Com a as implementações de isenção pela proposta de Lei do Deputado Weliton Prado, do Partido dos Trabalhadores - PT de Minas Gerais para estimular o consumo através da minimização dos custos do preço final do papel reciclado estimulando a sociedade a consumir este produto, conforme foi comprovado pela aplicação dos questionários.

Os objetivos específicos foram alcançados pelo referencial teórico do trabalho, que tratou dos custos e do processo de formação do preço de venda, e os tributos incidentes.

Foi descrito e comparado toda a cadeia de produção do papel comum e do reciclado, observando-se que o papel comum apresenta no seu processo inicial um impacto ambiental que o reciclado não possui.

No que se refere ao preço de venda, comparando o do papel comum e reciclado, o segundo é maior, pois apresenta na sua composição, além dos custos tributários, os custos com selos ambientais.

Foi observado no resultado da análise, que mesmo reduzindo os impactos ambientais o papel reciclado é mais caro devido os impostos embutidos no preço de venda e que as diferenças do processo produtivo estão relacionadas a matéria prima, pois o papel comum usa as árvores e o papel reciclado usa as aparas.

Como foi visto no resultado da análise, os custos dos impostos somados aos outros custos elevam o preço de venda, porém com aprovação da proposta de lei que tramita no congresso nacional, o valor do preço de venda do papel reciclado é reduzido.

As limitações do trabalho foram as coletas dos dados estatísticos, referente à quantidade de venda do papel reciclado, já que o incentivo da lei por não ser aplicada no mercado devido ao projeto, esta em fase de tramitação,

Sobre o perfil do consumidor e seu consumo de papel, obteve-se que a maioria dos entrevistados tem conhecimento do impacto do processo do papel comum, e tem consciência da importância do consumo do papel reciclado para sustentabilidade, mas se o preço do papel reciclado fosse menor e se houvesse maior divulgação e incentivo governamental, aumentar-se-ia o desejo de uso e consumo.

Conclui-se com o estudo em evidência que com a aprovação da lei de isenção dos impostos no papel reciclado e o incentivo de uso pela mídia, poder-se-ia aumentar o consumo

deste papel, atingindo o objetivo global da sustentabilidade.

Referências

ASSEF, Roberto. **Guia prático de formação de preços:** aspectos mercadológicos, tributários e financeiros, para pequenas e médias empresas. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade - teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2004.

BORNIA, Antonio Cesar. **Análise gerencial de custos:** aplicação em empresas modernas. 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Projeto de lei nº 10/2011.** Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837236.pdf>. Acesso em: 05 mar, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos.** - 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária.** 11. ed. - 2. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

HORNGREN, C. T. & DATRA, S. M. & FOSTER, G. **Contabilidade de custos:** uma abordagem gerencial. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MARTINS, Eliseu .**Contabilidade de custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2005.

NUNAN, D. **Research methods in language learning.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

THEISS, José Reinaldo; KRIECK, Manfredo. **Custos e preços sugeridos de venda:** serviços, comércio e indústria: enfoques essencialmente práticos. Blumenau: Odorizzi, 2005.

NEVES, Silvero das, VICECONTI, Paulo E.V. **Contabilidade de Custos:** um enfoque direto e objetivo. 8.ed. São Paulo: Frase, 2008.

ZANLUCA, Júlio César. A Contabilidade e o Controle de Custos. Disponível em:
<http://www.artigonal.com/financas-artigos/importancia-do-controle-de-custos-nas-empresas-1267179.html>. Acesso em 04 jun. 2012.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e pesquisa em administração.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC; (Brasília) CAPES: UAB, 2009.